



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Reunião de Instalação	REUNIÃO Nº: 1347/2015	DATA: 12/8/2015	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 16h18min	PÁGINAS: 32
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Reunião de instalação e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes. Abertura dos trabalhos da Comissão. Objetivos da CPI.			
OBSERVAÇÕES			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para a instalação e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão dos fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e de servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

Esclareço que me coube assumir a Presidência dos trabalhos nos termos do art. 39, § 4º do Regimento Interno.

Para conhecimento dos senhores, passo a ler o Ato da Presidência que constitui esta Comissão Parlamentar de Inquérito:

“Ato da Presidência

Satisfeitos os requisitos do art. 35, caput, e § 4º, do Regimento Interno, para o Requerimento de Instituição de CPI nº 15, de 2015, do Sr. Rubens Bueno e outros, esta Presidência constitui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão dos fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes e

Resolve

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 12 de agosto, quarta-feira, no Plenário 01 do Anexo II” — trata-se da reunião que está sendo realizada neste momento.

Declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos.



A eleição dos membros da Mesa desta Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão — 14 Deputados.

Será eleito em primeiro escrutínio o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos dentre o total de votantes e, num eventual segundo escrutínio, será eleito o Deputado que obtiver a maioria simples dos votos dentre o total de votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até que se conclua a votação.

Esta Presidência informa que recebeu e considera registradas, em face de acordo partidário, as seguintes candidaturas, que serão submetidas a votos dos membros desta Comissão. Chapa única: para Presidente, o Deputado Efraim Filho, do Democratas da Paraíba; 1º Vice-Presidente, o Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo; 2º Vice-Presidente, o Deputado Samuel Moreira, do PSDB de São Paulo; 3º Vice-Presidente, o Deputado Hissa Abrahão, do PPS do Amazonas.

Na urna eletrônica, constarão as seguintes opções de voto: chapa oficial dos candidatos, que li agora, ou voto em branco.

Antes de dar início ao processo de votação, peço a atenção dos Srs. Parlamentares para os esclarecimentos de algumas regras importantes no processo de votação eletrônica.

Ao iniciar a votação, os Srs. Deputados deverão dirigir-se às cabines localizadas ao fundo do plenário, à minha esquerda. O Parlamentar deverá digitar o código da sua Carteira Parlamentar, com três dígitos, no teclado virtual do monitor da urna. Em seguida, deverá posicionar sua digital no leitor biométrico, que se encontra ao lado do monitor. Nesse momento, aparecerão na tela as opções de voto para que façam sua escolha. Se desejar corrigir, toque na tecla “corrige”, e o sistema retornará à tela anterior. Após fazer a sua escolha, certifique-se do seu voto e clique na opção “confirma”. Uma vez confirmado o voto, ele não poderá mais ser alterado. Aguarde o aviso sonoro e a mensagem “fim do voto”.

Lembro ainda que a chapa fruto do acordo será eleita se alcançar, em primeiro escrutínio, a maioria absoluta dos votos, e, num eventual segundo escrutínio, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos membros da



Comissão. Os votos em branco serão computados apenas para efeito de quórum, nos termos do § 2º do art. 183 do Regimento.

Informo que, a partir deste momento, novas alterações na composição da Comissão somente serão consideradas após o término da votação.

Peço aos Parlamentares...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deixe-me só concluir a leitura, e já lhe dou a palavra.

Peço aos Parlamentares que aguardem a liberação da urna eletrônica.

Está aberta a votação. Podem se dirigir à cabine, para votar.

(Processo de votação.)

Tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. É anterior à abertura da... Eu pedi anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, há cinco CPIs em funcionamento na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O.k.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu hoje fiz um estudo dos blocos dessas cinco CPIs, e, na distribuição das presidências e relatorias, o Partido dos Trabalhadores, dentro dos blocos, deixa de ocupar uma presidência.

Então, Sr. Presidente, eu quero trazer a V.Exa. que, se consolidarmos essa votação de hoje à tarde, nós vamos estar consolidando um mecanismo que não levou em conta a proporcionalidade, que tem sido o mecanismo de escolha das relatorias e das presidências nesta Casa, a contar da CPI da PETROBRAS.

Então, Presidente, a relatoria caberia ao PMDB, ao Deputado Sergio Souza, no cômputo que nós temos dessa distribuição da proporcionalidade.

Portanto, indago a V.Exa. quanto à possibilidade de não concretizarmos esta eleição nesta tarde, para que nós possamos discutir esse tema, que na minha opinião é um tema de natureza regimental, com o Sr. Presidente da Casa, para se restabelecer a proporcionalidade na ocupação das cabeças das CPIs desta Casa.



Evidentemente, se V.Exa. levar em consideração, nós evitamos concretizar algo que, na minha opinião, viola o Regimento. Agora, se V.Exa. não considerar, evidentemente que esse rito terá que ser por via de recurso.

Então, eu gostaria de conclamar a todos para — porque tem sido essa a nossa forma de relação nesta Casa — buscarmos os acordos e o entendimento entre nós.

Eu gostaria de pedir a V.Exa. que, por ser o Deputado mais antigo aqui e, portanto, o que conhece há mais tempo essa tradição da Casa... Consulto os nossos pares, para que nós possamos fazer esse entendimento, tendo em vista a tradição e a possibilidade de violação do Regimento nestas eleições que nós vamos concretizar agora.

Portanto, apelo a V.Exa. para o adiamento desta eleição, para que nós possamos, junto ao Presidente da Casa, fazer essa ponderação em relação à proporcionalidade, que, na nossa opinião, está sendo ferida neste momento.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, atendendo à ponderação e à colocação do nobre Parlamentar e à propositura dele de protelar um pouco a eleição da Mesa desta Comissão, eu gostaria de dizer que, no início desta Legislatura, este Deputado que lhes fala lançou sua candidatura avulsa para a Comissão de Direitos Humanos. O Presidente desta Casa, de uma maneira muito equânime e respeitosa, me solicitou que a retirasse. Eu a mantive e, depois, num acordo, para respeitar um acordo de Líderes e a divisão de proporcionalidades, nós acatamos a orientação, e lá está o PT, presidindo a Comissão de Direitos Humanos.

Não falta da Presidência atual nenhum cuidado em distribuir de maneira equânime, em todas as Comissões, e também nas CPIs, a presidência e a relatoria. Eu acho que isso é mais uma atitude protelatória, para que esta Comissão não seja instalada hoje.

Eu gostaria de fazer um apelo aos pares em sentido contrário: para que nós votemos como está. Se o PT, se o Deputado entende que vale recurso, que entre com recurso e que, depois, as instâncias de recurso venham fazer esse julgamento. Mas nós não podemos protelar esta eleição de hoje. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, desejo apenas replicar a fala do Deputado Sóstenes.



O Deputado Sóstenes fez referência a um evento acontecido na Comissão de Direitos Humanos. Ele mesmo é testemunha de que, naquele dia, nós não fizemos a eleição na Comissão de Direitos Humanos. Ele sabe que nós suspendemos a eleição, adiamos a eleição para após uma conversa à mesa do Presidente. E foi assim que fizemos. É o mesmo que peço aqui.

Então, o precedente trazido pelo Deputado Sóstenes fortalece a minha linha de argumento, pois nós não realizamos a eleição naquele dia; fizemos um entendimento e voltamos. Naquele caso, a proporcionalidade estava sendo respeitada. Neste caso aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Paulo, eu já ouvi V.Exa., já ouvi a contradita. Há uma questão de ordem...

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Faço um apelo ao Presidente para colocar em votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Não, não. Eu já ouvi a questão de ordem e já ouvi a contradita. Vou decidir.

A Questão de Ordem nº 526, de 2009, diz o seguinte:

“Respondendo à questão de ordem sobre a Comissão Especial, esclarece que a escolha do Presidente e do Relator é uma questão de natureza política, e não de proporcionalidade, na qual a Comissão tem independência absoluta.”

É a Questão de Ordem nº 526, de 2009, que eu trago para responder a esta questão.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Calma! Calma!

Já está instalada a Comissão. Eu já a declarei instalada, já recepcionei a chapa inscrita. V.Exa. é o 1º Vice-Presidente. Mas cabe recurso da decisão desta Presidência ao Presidente da Casa, que é quem fez a reunião com os demais Líderes.

Está iniciada a votação. A urna encontra-se ao fundo.

Com a palavra o Deputado João Arruda.



O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela decisão final, até porque, fazendo coro com o Deputado Sóstenes Cavalcante, digo que não há razão de postergar a eleição da Mesa — e não se está postergando.

A questão de disputar ou não a Presidência de uma CPI tão importante quanto esta é um mero detalhe. O principal objetivo é apurarmos os desvios de recursos, se é que houve. Notadamente, nós temos um saque de recursos e a falência de fundos de pensão que precisam ser apurados. Aliás, nós precisamos apontar os responsáveis por isso tudo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu pediria às pessoas que estão perto da urna que a deixem liberada só para os Parlamentares. Os dois lados podem votar; o outro lado também pode votar. Por favor, liberem o entorno da urna para os Parlamentares, senão vou pedir para a Segurança tomar providências. Liberem totalmente o entorno da urna para os Deputados irem votar.

Deputado Rubens Bueno, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá, quero apenas parabenizá-lo por mais uma vez presidir uma Comissão, com o conhecimento e a experiência que tem.

Mas, como autor do requerimento de criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quero dizer que apresentei o requerimento de criação da Comissão não só pelo que já foi aqui colocado como fatos determinados no tempo, mas por saber que nós temos aqui situação da maior gravidade de aparelhamento dos fundos de pensão, com prejuízos de bilhões de reais que terão que ser resgatados pelos participantes, seja da Postal, dos Correios, seja da FUNCEF, da Caixa Econômica, seja da PETROS, da PETROBRAS, seja da REFER, da Rede Ferroviária Federal, seja da PREVI, do Banco do Brasil. Enfim, nós temos aqui uma lista em que estão elencados os pontos principais relacionados a situações nas quais esse dinheiro foi de fato tomado do trabalhador de estatais no País. Mais do que isso, há até o envolvimento do Secretário João Vaccari Neto, indicado no nosso requerimento e na sua justificativa — João Vaccari Neto, até pouco tempo era Tesoureiro Nacional do PT.



O que nós estamos propondo? Nós estamos propondo uma CPI. E não é contra A ou contra B, mas em favor daqueles que, ao longo da vida, dedicaram-se, depositaram o dinheiro do seu salário para que esses fundos lhes dessem o mínimo de tranquilidade no futuro. E agora nós estamos vendo que não é bem assim; essa tranquilidade não existe. Ao contrário, existe um peso a mais, um custo a mais com o qual todos terão de arcar durante muito tempo ainda pela frente, dado o prejuízo causado nesses fundos de pensão por seus diretores e por aqueles indicados politicamente.

Daí, Sr. Presidente, a Casa — com a experiência de V.Exa. — sempre indica que o autor do requerimento de criação da CPI seja convidado para ser Presidente ou Relator da Comissão. Inclusive neste ano vários já foram indicados; no ano passado, tantos outros. E nós estamos propondo, em requerimento, que haja sub-relatorias e que se considere a bancada do PPS em uma dessas sub-relatorias, para que possamos dar como contribuição não só o conhecimento e os dados que já levantamos, mas também o melhor de tudo para que o Parlamento apresente aqui um bom resultado ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O pedido de V.Exa. será encaminhado ao Presidente eleito, para que decida junto com os Relatores.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, peço a palavra. Deputado Vitor Valim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Vitor Valim, pois não, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Primeiro, Sr. Presidente, quero falar da minha alegria de fazer parte desta CPI que vai investigar os fundos de pensão, como foi bem dito pelo Deputado que me antecedeu — FUNCEF, PETROS, PREVI, Postalís. Além desses fundos, Sr. Presidente, o que me alegra é poder olhar com uma lupa os RPPS — Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e dos Municípios, porque os mesmos fundos a que eu acabei de me referir, que estão sendo aplicados de forma fraudulenta, que vão desviando, vão sangrando o dinheiro dos servidores públicos, também estão nas cidades, nos Municípios como um todo. Quero analisar principalmente os do meu Estado, o Ceará. Já foi detectado, por exemplo, em Fortaleza, prejuízo de mais de 300 milhões.



Eu espero que esta CPI, que vai se debruçar sobre os fundos de pensão, possa investigar também outras situações, porque há um cruzamento de investimentos tanto do FUNCEF quanto da PETROS, da PREVI e do Postalís com esses RPPS, como no Município de Fortaleza.

Eu agradeço a oportunidade de participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito obrigado, Deputado Vitor Valim.

Estamos aguardando.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiz questão de participar desta Comissão por duas singelas razões.

A primeira é proteger o funcionário, proteger o futuro do funcionário. Para isso nem precisava discurso. Isso deveria ser natural. Mas como no Brasil, nos últimos anos, especialmente, esqueceram a palavra do Homero, poeta grego, de antes de Cristo: não roubar, não deixar roubar, cuidar do dinheiro público mais do que do seu e não gastar mais do que arrecada.

E o que eu vejo? O desespero dos funcionários dos Correios, que eu tanto admiro desde criança. Eu ia, de calção, sem camisa, de pé no chão, com 8 anos, ver a caixa postal, a 246 — eu me lembrei do número, depois de 60 anos —, e era tratado com carinho pelos funcionários, que estão na amargura. Os diretores se esqueceram dos dizeres de Homero, que falava para não roubar, não deixar roubar, cuidar do dinheiro do outro mais do que do seu dinheiro e não gastar mais do que arrecada.

Essa é a segunda razão por que eu estou aqui. E que esta Comissão tenha independência.

Parabéns, Deputado Eduardo Cunha! Parabéns, Deputado Eduardo Cunha! Parabéns, Deputado Eduardo Cunha, porque teve V.Exa. independência, agilidade e coragem para criar muitas Comissões que não se criavam. E esta é uma delas. É mais uma caixa-preta que vai escandalizar o Brasil e vai dar muito trabalho para a Lava-Jato 2.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Para encerrar, concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, neste momento de instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, desejar à Mesa eleita e a todos os membros sucesso no trabalho, porque o Brasil certamente estará de olho nesta CPI.

Primeiro porque socialmente é um tema relevante: envolve o destino de milhares e milhares de funcionários públicos das nossas estatais que, ao longo de toda uma vida, pouparam, investiram, com a participação das patrocinadoras, dinheiro público, dinheiro da sociedade, para preservar o seu futuro, as suas pensões, as suas aposentadorias.

E também, do ponto de vista econômico, nós não estamos falando de qualquer coisa; estamos falando de um patrimônio superior a 300 bilhões de reais, e efetivamente a Câmara tem que ser o instrumento da sociedade brasileira para abrir de forma absoluta esse tema, porque é inacreditável: os fundos de pensão, por natureza e definição, têm que necessariamente ser investidores e, como investidores institucionais que são, investidores conservadores, cautelosos. Não faz sentido fundos como o Postalis estarem com um desequilíbrio atuarial superior a 6 bilhões; a FUNCEF, 9. É inacreditável o que foi feito.

Portanto, este é um trabalho extremamente relevante, importante e estratégico, do ponto de vista social, do ponto de vista econômico, e certamente nós prestaremos um grande serviço à sociedade brasileira ao jogar luzes sobre o tema, porque esse dinheiro é uma mistura de poupança dos trabalhadores das estatais com dinheiro público das patrocinadoras, e certamente muita coisa nebulosa ocorreu no meio do caminho para existir esse desequilíbrio estrutural nos principais fundos, como o do Banco do Brasil, o da Caixa Econômica, o da PETROBRAS, o dos Correios e tantos outros.

Então, mãos à obra! Vamos arregaçar a manga e interagir com os sindicatos, com as associações e com todos aqueles que podem contribuir com o trabalho desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu indago se algum Deputado que está presente não votou.



Eu vou declarar encerrada a votação.

Está encerrada a votação.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero, por meio de V.Exa., endereçar um recurso contra esta votação ao Sr. Presidente, em relação à decisão acerca da composição política desta Comissão. Gostaria de pedir o acolhimento de tal recurso por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu solicito à Secretaria que recolha as notas taquigráficas do recurso do Deputado Paulo Teixeira, para que ele seja encaminhado à Presidência da Casa.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Vou anunciar o resultado da votação.

Presidente: Deputado Efraim Filho, eleito com 19 votos.

1º Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira, eleito com 14 votos.

2º Vice-Presidente: Deputado Samuel Moreira, eleito com 20 votos.

3º Vice-Presidente: Deputado Hissa Abrahão, eleito com 20 votos.

Declaro eleito Presidente o Deputado Efraim Filho e o convido para assumir os trabalhos.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - O Deputado Paulo Teixeira está popular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Convido para comporem a Mesa o Deputado Paulo Teixeira, 1º Vice-Presidente; o Deputado Samuel Moreira, 2º Vice-Presidente; e o Deputado Hissa Abrahão, 3º Vice-Presidente.

Antes de dar prosseguimento aos trabalhos, permitam-me fazer um agradecimento aos membros desta Comissão, que, sem dúvida nenhuma, demonstraram, através do voto, a confiança no trabalho que temos a desempenhar.

Eu queria agradecer ao Deputado Arnaldo Faria de Sá pela condução inicial dos trabalhos. Começar sob a sua presidência é um caminho de segurança, Deputado Arnaldo Faria de Sá, porque V.Exa. é, sem dúvida nenhuma, um dos Parlamentares mais experientes.

Chego ao terceiro mandato, Deputado Arnaldo Faria de Sá, com um caminho percorrido nesta Casa como Presidente da Comissão de Segurança Pública e



Combate ao Crime Organizado, entre outras funções que tivemos a oportunidade de exercer. Quem lidou com a segurança pública e o combate ao crime organizado, sem dúvida nenhuma, terá condições de conduzir esta Comissão.

Nós temos uma tarefa muito árdua pela frente. Aqui temos a presença — e faço questão de saudar, porque tenho certeza absoluta e convicção de que será uma presença constante em nosso dia a dia — dos aposentados e pensionistas prejudicados pela má gestão de alguns fundos. Aqui estão eles (*palmas*), e tenho absoluta certeza de que estarão aqui conosco não só esses, mas também outros segmentos.

A missão é árdua, é desafiadora. Afinal de contas, não se pode brincar com o futuro das pessoas. O que se tem visto na gestão de muitos fundos é ir além do risco de mercado, optar pela gestão temerária e, o pior de tudo, muitas vezes, pela gestão fraudulenta.

E é exatamente este o trabalho desta CPI: investigar a fundo e partir em busca da verdade, doa a quem doer. Nós não seremos tolerantes com quem brinca com o futuro dos aposentados, dos pensionistas, dos atuais trabalhadores, que fazem os seus pagamentos e veem os déficits se acumularem a cada ano. Essa será, sem dúvida nenhuma, a missão desta CPI.

Nós teremos, Deputado Paulo Teixeira, a missão de investigar o que já existe hoje de errado, revirar as entranhas dessa verdadeira caixa-preta no Direito brasileiro, no nosso ordenamento. E, além da missão de investigar, nós também teremos a missão de ser propositivos, de aperfeiçoar a atual legislação, os critérios e métodos de governança desses fundos, para que não se repitam, no futuro, o desespero e o desamparo que vemos hoje acometer diversas famílias.

Então, saibam os meus colegas, Deputados e Deputadas, e principalmente as famílias, os aposentados, os pensionistas que estão aqui presentes, que nós teremos integridade moral e decisão em cada ato que formos tomar para que possamos encontrar solução para o problema em questão.

Portanto, dando prosseguimento aos trabalhos...

O Líder Mendonça Filho pediu a palavra, mas, na sequência, passarei a palavra...



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu também me inscrevo, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Secretário irá colher as assinaturas.

Antes de passar a palavra aos Deputados, permitam-me, nos termos do art. 41, inciso IV, do Regimento Interno, designar para relatoria desta CPI o Deputado Sergio Souza, do PMDB do Paraná, que também convido para compor a Mesa neste momento. *(Palmas.)*

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, rapidamente, quero apenas felicitá-lo como Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito e, sobretudo, pelas tarefas que V.Exa. tem, a partir de agora, para concluir um trabalho que nós julgamos da maior importância para a credibilidade dos fundos de pensão no País — falo não só os fundos de pensão das estatais, mas dos fundos de pensão de uma maneira em geral —, dada a importância que eles têm no desenvolvimento do Brasil.

Ao lado disso, parablenzo os Vice-Presidentes, os Deputados Samuel Moreira, Paulo Teixeira e o nosso Deputado do PPS do Amazonas Hissa Abrahão e também o Relator, Deputado Sergio Souza, além desse conjunto de forças formado pelos membros desta Comissão, que vão cumprir o seu papel.

Como um dos autores do requerimento de criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, junto com os Deputados Mendonça Filho e Carlos Sampaio, quero deixar claro o apoio que nós obtivemos de todos os segurados do País, especialmente da Caixa Econômica e do Postalis, dos Correios, que foram muito determinados em nos ajudar a obter o número de assinaturas para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fosse instalada. *(Palmas.)*

Parabéns! Desejo um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra — e o Líder tem preferência — o Deputado Mendonça Filho, do Democratas. Na sequência, falará o Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, quero cumprimentar V.Exa., os Vice-Presidentes, Deputado Paulo Teixeira,



Deputado Samuel Moreira e Deputado Hissa Abrahão, e também o Relator, Deputado Sergio Souza, e desejar a V.Exas. sucesso nesta missão árdua, difícil, mas extremamente importante.

Quero fazer alguns registros.

Seria impossível esta CPI alcançar o marco histórico de sua instalação, hoje, se não fosse o trabalho, por exemplo, do Líder do PPS, aqui presente, Deputado Rubens Bueno, que atuou de forma determinada para que isso acontecesse. Eu quero fazer este registro.

Da mesma forma, também lembro a atuação pessoal de uma figura pública que tem grande prestígio na Casa e que atuou na coleta de assinaturas, o Deputado Júlio Delgado, do PSB. Quero falar também da determinação do Presidente da Casa, Eduardo Cunha, sem a qual não existiria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Evidentemente, tudo isso recebeu suporte muito forte por parte de servidores, de trabalhadores, de estatais brasileiras, principalmente Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, PETROBRAS, todos eles com um horizonte muito negro, muito escuro na frente, sem ter perspectiva de tranquilidade nessa fase importante de suas vidas. Por conta de má gestão, desvio, incompetência, roubo, infelizmente hoje se veem atormentados com a possibilidade — e até concretude — de redução de seus proventos. É inaceitável que nós convivamos com essa realidade, e o Congresso Nacional, que é a Casa do Povo, não reaja, não ofereça caminhos e alternativas, não investigue a fundo essa realidade.

Aqui, não há o propósito de ir em cima de A, B ou C. Esta não é uma CPI com um propósito político-partidário, e, sim, com a intenção de servir ao Brasil, de atender aos interesses dos servidores dessas empresas estatais, de Estados da Federação que têm também fundos de pensão, de Municípios brasileiros que muitas vezes também têm seus fundos fraudados e surrupiados por práticas lesivas ao patrimônio dos trabalhadores. Enfim, nós vamos atuar no sentido de buscar a verdade e, ao mesmo tempo, buscar também conexões.

Nós acompanhamos outra CPI na Casa, a CPI da PETROBRAS, que apura desvios da PETROBRAS. Evidentemente, há indícios muito fortes de que existem conexões, ligações entre boa parte das atividades financiadas para bancar essa roubalheira na PETROBRAS e os desvios da PETROBRAS com fundos de pensão



que ajudaram a levantar empresas de papel, a empinar projetos que não tinham nenhuma sustentação, a comprar ativos que eram podres e que infelizmente caíram como uma pedra na cabeça dos pensionistas e aposentados ligados às estatais brasileiras.

Eu confio no Deputado Efraim Filho e agradeço a cada um dos Líderes que ajudaram a selar esse acordo. Nós vamos atuar com harmonia, com responsabilidade, sem histeria, buscando a verdade.

Eu tenho certeza de que o time posto à mesa para dirigir os destinos da CPI dos Fundos de Pensão vai cumprir sua missão e atender à necessidade de passar a limpo essas instituições, que precisam ser preservadas, dentro do interesse público, geral e específico de trabalhadores que precisam ter tranquilidade nesse momento especial das suas vidas.

Parabéns ao Deputado Efraim, a todo o time de Vice-Presidentes, ao Relator Sergio Souza — sucesso para ele. O sucesso deles será o sucesso dos aposentados e dos pensionistas e será a alegria do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado ao Líder Mendonça Filho pela palavra e pela confiança no trabalho.

Passo agora a palavra ao Relator, Sergio Souza, e, na sequência, aos Deputados Carlos Melles, João Rodrigues e Paulo Azi, que são os inscritos. Depois, passarei aos Vice-Presidentes que desejarem fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, nós aqui temos um papel muito especial no Parlamento brasileiro. Eu diria que o Parlamento há muito não vive esta autonomia — não diria independência, mas diria uma autonomia —, e isso nós conseguimos perceber. E o Brasil passa por um momento todo especial também; todos nós sabemos disso. Mas esta autonomia do Parlamento faz com que ele fuja um pouco daquilo que vinha fazendo nos últimos anos, que era tão somente legislar.

A função de um Parlamento — e nós fomos eleitos para isso — é fazer duas coisas. A primeira é legislar sobre o convívio em sociedade, regular o convívio em sociedade, garantir que o Brasil seja um país pujante, cada vez maior e melhor, com uma economia cada vez mais estável. Mas nós também somos aqui representantes



da sociedade brasileira para fiscalizar. E este é o papel que a Câmara faz muito bem neste momento.

Dizia ali o Deputado Paulo Teixeira, na sua intervenção, que são cinco CPIs. Sabe, Deputado Paulo, é lógico que nós temos outros instrumentos de fiscalização dentro da Casa, mas talvez pudessem ser mais. Eu acho que isso faz com que cada vez mais nós possamos dar segurança para a sociedade e exercer o nosso papel de fiscalizador. Essa é uma forma de dar à sociedade o retorno em que ela acredita.

É muito claro para todos nós que o Parlamento sofre, há muitos anos, há décadas, até mesmo uma reprovação da sociedade, uma desaprovação que chega hoje próximo a 90%. E não é desta Legislatura, ou da anterior, é de muito tempo, porque talvez não tenhamos exercido o nosso papel fiscalizatório como devemos assim fazê-lo. E essa autonomia faz com que tenhamos aqui estas Comissões.

Eu quero dizer, especialmente às pessoas que estão ao fundo, que são beneficiárias dos fundos, seja da Caixa, seja do Banco do Brasil, seja da PETROS, seja da Postalís, seja de outros que podem ser aqui também objeto de investigação desta CPI, que, como Relator, nós pretendemos ir a fundo; nós pretendemos fazer com que a Câmara exerça, na sua plenitude, o seu poder investigatório. É lógico que usaremos todos os instrumentos para isso e que teremos aqui, na pessoa do Presidente, o nosso parceiro. Já tivemos algumas conversas e pretendemos, lógico, ter o apoio de outras instituições na nossa Comissão, para que nos ajudem, principalmente por se tratar aqui de dados muito mais técnicos do que políticos nesta Comissão. Esta é uma CPI diferente da maioria daquelas que estão instaladas no Parlamento neste momento. E nós teremos que ter uma assessoria diferenciada, porque, por mais que tenhamos o discernimento e a percepção do temor da sociedade, do prejuízo que porventura foi causado à sociedade, nós precisamos de elementos técnicos para chegar ao final com um relatório contundente e que dê a resposta esperada pela sociedade.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer aqui também àqueles que requereram esta CPI, em especial ao Deputado Rubens Bueno, que foi quem conduziu esse processo, que esta CPI se instala neste momento porque houve uma interpretação da Mesa Diretora desta Casa no sentido de que há elementos subjetivos suficientes para a sua instalação, há fato determinado, e os elementos



nos dão conta de que houve, em algum momento, desvios de dinheiro pertencente aos fundos em alguns dos fundos. E aí cabe ao Parlamento aprofundar essa investigação, averiguar se são fatos ou boatos. Mas nos parece que há muita coisa a ser investigada.

Então, eu venho aqui não só para fazer uma apresentação do que entendemos neste momento, mas também para dizer que na próxima semana, Sr. Presidente, e V.Exa. vai convocar a reunião, já pretendemos ter o nosso plano de trabalho elaborado para ser discutido. E, lógico, ele está suscetível à opinião de todos os membros desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Relator Sergio Souza. Como V.Exa. antecipou, há uma peculiaridade desta Comissão que irá diferenciar seu trabalho do das demais CPIs: diferente, por exemplo, da PETROBRAS e do BNDES, não há uma investigação paralela sendo conduzida por órgãos como o Ministério Público Federal ou a Polícia Federal, focada exatamente nesse tema e com essa amplitude.

Então, esta Comissão terá a capacidade de produzir realmente fatos novos.

Com a capacidade de investigação que esta Comissão pretenderá imprimir, nós teremos como produzir, principalmente para os aposentados e pensionistas, mas também para a sociedade brasileira em geral, fatos relevantes para que a sociedade brasileira tome conhecimento, como eu falei, do que está por trás dessa caixa-preta no ordenamento jurídico brasileiro.

Com a palavra o Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, inscreva-me, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente Efraim Filho. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar também os integrantes, começando pelo Relator Sergio Souza, pelo Paulo Teixeira, nosso Vice-Presidente, pelo Samuel Moreira, também nosso Vice-Presidente, e o Hissa Abrahão, que já está conosco em uma outra Comissão.

Sras. e Srs. Deputados, eu acho que a minha intervenção, Sr. Presidente, tem até um efeito esclarecedor didático porque a Casa conta hoje com duas Comissões:



uma CPI investigativa para os Fundos de Pensão e uma Comissão Especial destinada a apresentar à Casa estudos de boa governança e de fiscalização para esses Fundos de Pensão.

Eu também não posso deixar de cumprimentar o Líder Rubens Bueno, que foi o autor também do requerimento para instalação da outra Comissão, assim como o Líder Mendonça e o Líder Carlos Sampaio. Obviamente, o caráter investigativo daqui nos ajudará muito lá, e o Relator, Deputado Hissa, e o nosso grupo, para fazermos os contornos de como apresentar uma boa governança para o setor.

Nós estamos falando do oitavo segmento do mundo, ou do oitavo maior componente de fundos do mundo, que são os fundos brasileiros, seja de previdência aberta ou fechada. A grande verdade é que a maioria dos maiores fundos tem o dinheiro do contribuinte brasileiro, não só daquele que contribuiu pessoalmente, mas tem o dinheiro da instituição que fez o aporte da metade praticamente do que esses fundos têm. Então, há também o dinheiro público, do povo brasileiro. Certamente, nós temos lá menos pressa, porque é uma peça que nós não saberemos ainda se chega a uma agência reguladora, porque nós estamos tratando quase que de R\$1 trilhão.

Nesses dias, a Comissão de Defesa do Consumidor, no dia em que instalamos a Comissão, chamou os principais fundos para debater aqui na Casa a situação desses fundos. E ela, nos 3 a 4 últimos anos, realmente é preocupante, até porque sinalizam que o cálculo atuarial, em especial do Postalís, deve chegar a ter que ter uma contribuição adicional a 30% para que atinja o cálculo atuarial de, obviamente, ressarcimento aos aposentados.

Em face dessa circunstância, dessa situação, a Câmara dos Deputados ouviu a sociedade e os seus representantes e instala hoje a CPI dos Fundos de Pensão, como instalou também a CPI do Banco Nacional do Desenvolvimento Social, que tem esquecido, ao longo dos anos, o seu "S". Portanto, mais uma vez, a Câmara dá a demonstração de estar sintonizada com as aspirações e o desejo do povo brasileiro.

Parabéns, Presidente! Parabéns, Relator e Vices! Bom trabalho!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado, Deputado Carlos Melles. Sem dúvida, a parceria nessas iniciativas que são conjuntas, são paralelas, jamais excludentes, será muito bem-vinda para a Casa.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, permita-me cumprimentá-lo pela eleição e, obviamente, saudar também os demais integrantes da Mesa: o 1º Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira; o 2º Vice-Presidente; o Relator, o 3º Vice-Presidente. Cumprimento a todos.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, junto com os demais colegas, fazer uma avaliação da importância desta CPI. Primeiro, utilizo as palavras do Deputado Mendonça Filho: não é uma CPI política; ninguém está direcionando, ou vocacionando, ou atribuindo a algum partido político todo e qualquer malfeito durante o período da gestão dos fundos de pensão.

Mas é óbvio que nós temos que entender que para cada fundo há um gestor e que cada gestor foi indicado por alguém. Quem é o padrinho de cada um que estava na gestão desse fundo de pensão? Qual foi o ato praticado por esse gestor? É claro que salta aos olhos, não apenas dos Parlamentares, mas dos funcionários principalmente dos Correios e Telégrafos, porque a falência do Postalís já foi anunciada publicamente, o sumiço de alguns milhões que eram a garantia de aposentadoria de cada servidor dos Correios e Telégrafos do nosso País.

Todas as CPIs que estão em andamento na Casa são extremamente importantes, mas eu julgo que esta aqui tem um detalhe diferente. Observem só. Quando se trata da CPI da PETROBRAS, dos bilhões que já estão consolidados como desviados, é dinheiro da PETROBRAS e do povo brasileiro. Agora, os milhões que desapareceram de alguns fundos, esse dinheiro é do suor e do sangue de cada trabalhador de cada empresa que contribuiu, obrigatoriamente descontando do seu sagrado salário ao final do mês. E o gestor do fundo de pensão, no caso do Postalís e dos demais fundos, tinha por obrigação... Primeiro, a sua indicação tem que ter um critério técnico. E, nesse critério técnico, tem que ser avaliada a capacidade, a decência daquele que estava na gestão. Teria que ter sido avaliado isso lá atrás, por si só, a partir do momento em que ele assume a gestão desse fundo. Algum colega levantou anteriormente que têm que ser avaliados os fundos dos Estados. Eu até



acho que não, porque nós vamos abrir demais a CPI. Eu acho que nós temos que nos concentrar aqui. Mas, de qualquer maneira, se percebe que as propostas e as tentações para os gestores dos fundos correm o País afora, propostas das mais indecentes para obtenção de vantagem da aplicação do dinheiro que não é deles, que é dos servidores.

Eu acho que nós precisamos, sim, apurar detalhe a detalhe, e não apenas os culpados, os malfeitores, os mal-intencionados. Acima de tudo, temos de buscar esse dinheiro de volta, porque parte desse dinheiro foi roubada, e quem roubou tem que devolvê-lo. (*Palmas.*) Não basta apenas apurar o culpado. Ora, o culpado é mais um no meio do universo, é mais um no meio de tantos! O que temos que saber é onde está esse dinheiro, em que mãos foi parar esse dinheiro, para que seja devolvido para essas centenas e milhares de trabalhadores que foram lesados de forma covarde por alguns incompetentes e alguns de má-fé, que tiveram oportunidade de gerir os fundos de pensão do nosso País.

Parabéns ao Sr. Presidente e aos demais integrantes da Mesa! (*Palmas.*)

Agradeço ao Deputado João Rodrigues pelas palavras, pela confiança em nosso nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Passo a palavra ao Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Presidente Efraim Filho, eu quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa, o Relator, Deputado Sergio Souza, o 1º Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira, o Deputado Samuel Moreira, o Deputado Hissa Abrahão.

Quero dizer, Sr. Presidente, inicialmente, que o nosso partido se sente honrado em ter V.Exa. presidindo uma Comissão tão importante para o nosso País. Eu creio que esta Casa, depois de muito tempo, volta a ter oportunidade de exercer aquilo que está na nossa Constituição, uma das principais atribuições deste Poder: fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Não é de hoje, Sr. Presidente, que todos nós acompanhamos as notícias de desvios, de má gestão dos fundos de pensão das empresas, especialmente das empresas estatais do nosso País. E, Sr. Presidente, eu acho que chegou a hora de



buscarmos respostas para tantas perguntas. Hoje todos nós estamos a acompanhar e receber essas demandas, especialmente dos aposentados do nosso País.

Portanto, vamos em frente. Esta Comissão se sente muito bem representada em ter V.Exa. à frente dos trabalhos, ao lado de tantos Deputados experientes e preparados. Creio que esta Comissão dará uma grande resposta ao nosso País, em especial aos funcionários públicos e aos aposentados do nosso Brasil.

Parabéns a V.Exa.! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito grato, Deputado Paulo Azi. Sem dúvida, se queremos mudar a forma pela qual as coisas acontecem no Brasil, não há hora melhor do que esta. E esta Comissão fará a sua parte.

Na sequência, Deputado Pompeo de Mattos.

Passaremos a palavra aos Vice-Presidentes, Deputado Paulo Teixeira e Deputado Samuel Moreira. Na sequência, Deputado Pastor Marco Feliciano e Deputado Enio Verri.

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente Efraim Filho, quero primeiro parabenizá-lo pela atitude, pela responsabilidade, pela missão, pela tarefa — e sei que V.Exa. tem capacidade para desempenhar esse trabalho. Honra-me muito ser presidido por V.Exa. Ontem mesmo conversávamos, e V.Exa. se propôs a essa missão. Eu disse que poderia contar com o meu apoio. Terá mais do que o meu apoio, terá o meu trabalho e a minha contribuição, pode ter certeza.

Da mesma forma, Deputado Paulo Teixeira — já estivemos juntos em outras jornadas —, Deputado Samuel Moreira, Deputado Sergio Souza, enfim, Deputado Hissa Abrahão, estamos aqui para uma tarefa relevante.

Eu quero dizer isso porque eu participo de um fundo de pensão, eu sou da PREVI, sou funcionário de carreira do Banco do Brasil. Então eu conheço um tanto por dentro, um tanto por fora. Já entrei na perna do pato e já saí na perna do pinto. Já vi o que tem e o que deixa de ter. Então nós temos muita responsabilidade por conta dessa missão. Eu inclusive estava indicado pelo PDT, o meu partido, para outra CPI, e solicitei a troca da indicação para vir para esta CPI, exatamente por conta da minha identidade, da minha responsabilidade e do meu convívio com a realidade do que é um fundo de pensão, e tenho como exemplo a PREVI.



Quero dizer, Presidente, que esta CPI tem tudo para fazer bem, tem tudo para dar certo, porque ela não é uma CPI política, não é contra o Governo, não é a favor do Governo, não é desse partido, não é daquele partido, não é da Oposição, não é da Situação. Ela é uma CPI do Brasil. É uma CPI dos trabalhadores brasileiros, dos funcionários públicos brasileiros, e pode dar exemplo de como se fazer a gestão daqueles recursos que são resultado do trabalho desses servidores e dos próprios órgãos em que eles trabalham, porque ali estão depositados valores das empresas estatais e também valores da contribuição da parte dos funcionários.

Então, esta não é absolutamente uma CPI política, nem visa absolutamente nada dessa ordem. Não é para constranger ninguém politicamente, mas é para botar os pingos nos is, é para dar nome aos bois, é para ver quem é quem, é para aprofundar o debate e a investigação sobre a realidade dos fundos de pensão no Brasil.

Nós temos aí, seguramente, sinais claros de desvios, de desmandos, de má gestão, de má-fé, eu diria assim, até de roubo nos nossos fundos de pensão. Não tenham dúvida que tem.

Eu vivi uma realidade no meu Estado, o caso da VARIG, que é diferente. Mas a VARIG é um exemplo da realidade vivida pela iniciativa privada, e assim como nós temos a iniciativa privada, temos as funções públicas muito claramente. Então nós precisamos verdadeiramente avançar.

Eu quero aqui pedir aos meus colegas do Banco do Brasil... Eu quero ser um canal de comunicação da CPI com aqueles que têm fatos, exemplos de coisas positivas também, a mostrar, demonstrar e apontar. Nós podemos aqui buscar modelos, Presidente, de como é necessário que se faça e exemplo de como não fazer. E temos que apontar: olha, o caminho é esse.

A CPI deve ter essa virtude de apontar caminhos positivos; inclusive, ao final da CPI e ao cabo dos trabalhos, deve oferecer sugestões de projetos de lei para aperfeiçoar o arcabouço jurídico, para equacionar e sinalizar caminhos, para corrigir os defeitos que possam ter e apontar punições. Nós não podemos aqui nos encolher. Nós temos que dar nome aos bois e demonstrar claramente que o responsável vai ter que pagar.



Sr. Presidente, o órgão do corpo humano mais sensível à dor — uma farpa embaixo da unha dói; pular em falso no cavalo, para os homens, dói bastante; cortar os pulsos, como alguns gostam e fazem até por amor, dói —, mas o órgão mais sensível do corpo humano é o bolso. Então, na hora em que botar a mão no bolso desses que desviaram dinheiro dos fundos, eles vão sentir o quanto dói meter a mão no bolso.

Então, a CPI tem que fazer apontamentos. Este é o desafio. É fácil? Não é fácil. Mas, também, se fosse fácil perderia a graça. Quem sabe, não esteja no fato da adversidade, da dificuldade, o desafio que nós recebemos para a missão que nos está sendo confiada?

Então, Deputado Efraim Filho, sei que o senhor tem aptidão, habilidade e capacidade, e nós vamos entrar fundo no PREVI, no FUNCEP, da Caixa, no PETROS, lá da PETROBRAS, e vamos lá nos Correios.

A gente sabe o que aconteceu nos Correios. Repito, não adianta tapar o sol com a peneira. Nossos irmãos do Correio sabem que estão lá pagando o que não devem, que estão pagando a conta cuja dívida eles não contraíram. A gente sabe que do couro sai a correia, e vão tirar as correias do lombo dos funcionários das estatais para cobrir o rombo dos desvios nos fundos de pensão. Então tudo isso nós temos que enfrentar.

Conta comigo. Sou parceiro. Estou aqui comprometido. Vamos estar presente. E quero receber contribuições para que nós possamos fazer aqui, não o proselitismo... Não quero aparecer em cima de ninguém, muito pelo contrário.

Que esta CPI seja eminentemente técnica, que tenha juridicidade no que for questão jurídica, que tenha economicidade nas questões que forem econômicas, nos dados atuariais que forem necessários.

Vamos fazer a leitura madura, séria, responsável, como deve ser a nossa missão.

E aqui assumo o meu compromisso, Presidente.

Estou presente. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira.



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, quero cumprimentá-lo e desejar muito sucesso na condução dos trabalhos.

Eu trabalhei com V.Exa. na relatoria do Código de Processo Civil, e trabalhamos de maneira harmônica. Justifico que o recurso que fiz hoje de manhã, o fiz orientado pela Liderança do meu partido. Quero a compreensão de V.Exa., e desejo muito sucesso na condução dos trabalhos desta CPI.

Eu também cumprimento o 2º Vice-Presidente, Deputado Samuel Moreira. Nós temos uma história um pouco parecida. O Deputado ocupou um cargo que eu também ocupei na cidade de São Paulo. Ele foi Subprefeito da cidade de São Miguel Paulista, e eu também fui, e o conheço de longa data.

Também quero desejar ao Deputado amazonense Hissa Abrahão muito sucesso, juntamente com nosso Relator, Deputado Sergio Souza. Eu trabalhei com o Deputado Sergio Souza numa CPI, creio que foi a que investigou aqueles acontecimentos relacionados ao Cachoeira, no Estado do Goiás. Acho que foi isso. Trabalhamos de maneira muito harmônica. Eu diria que o Deputado Sergio Souza é uma pessoa fácil, transparente, sincera.

Cumprimento todos os Deputados aqui presentes, a Deputada Carmen Zanotto, que representa aqui as mulheres, e também os consultores, os assessores e os servidores das empresas que são titulares desses fundos, que nós aqui discutiremos.

Eu creio que o nosso princípio aqui é de ter a máxima transparência. Isto é, fazer com que nós possamos conhecer o funcionamento desses fundos, conhecer as suas virtudes, conhecer os seus problemas, avançar na governança do que ainda for falho, do que nós detectarmos. Se localizarmos irregularidades, nós temos que indicar os seus responsáveis, indicar a punição a esses responsáveis.

Nós estamos aqui para a máxima transparência. Não temos receio de fazer isso em benefício do País. Porque esses fundos alavancam grandes projetos para o Brasil, projetos de infraestrutura. Eles são, digamos assim, os grandes pilares dos projetos de infraestrutura no Brasil. E, por sua vez, são fundos que complementam a aposentadoria desses servidores que ofereceram o seu trabalho, o melhor de si para o nosso País, e que agora querem ter tranquilidade na sua aposentadoria.



Por isso desejo muito sucesso a esta Comissão. E quero dizer que tenho certeza de que faremos um trabalho harmônico aqui. O Presidente conduzirá, o Relator igualmente, e, no que pudermos ajudar, podem contar conosco, Sr. Presidente.

Muito sucesso a todos! Sucesso a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira, 2º Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quero cumprimentar a Mesa, os eleitos, o Deputado Efraim Filho, e saudar os estimados Deputados Paulo Teixeira, Hissa Abrahão, e o Relator Sérgio Souza. Quero agradecer muito a indicação para compor esta chapa, a indicação dos Líderes partidários, na pessoa do nosso Líder Carlão Sampaio, do PSDB, e, especialmente, a cada um e vocês, a cada Deputado, pelo voto de confiança.

Vamos trabalhar juntos. Muito obrigado pelo voto de confiança.

Nós vamos investigar e vamos também lutar muito para propor novas regras que melhorem a gestão dos fundos. Nossos objetivos são estes. E vamos ao trabalho.

Agradeço, mais uma vez, a confiança de cada Deputado. Muito obrigado.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Samuel Moreira.

Na sequência, Deputado Pastor Marco Feliciano, Enio Verri e Deputada Carmen Zanotto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - E Deputado Busato, depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Luiz Carlos Busato, na sequência.

O Deputado Marco Feliciano está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, nobre Deputado Efraim Filho, a quem eu cumprimento pela brilhante gestão futura que será feita através desta CPI, eu estava aqui pensando, Sr. Presidente, que, ainda ontem, durante a nossa sessão plenária aqui na CCJ, eu pude lhe dar um bombom,



um chocolate. Nós estávamos com fome, aqui. Eu acredito que depois desses dias nós vamos precisar preparar é muito chá de erva-cidreira para V.Exa. porque esta CPI, ela deve assustar o Brasil pelo poder e o quinhão que ela tem.

Quero cumprimentar também o nosso 1º Vice-Presidente, Paulo Teixeira, que é um grande amigo, a quem eu cumprimento também; o 2º Vice, Samuel Moreira, e o Relator, Sergio Souza.

Pois bem, que esta CPI não caia no esquecimento, como com algumas CPIs aqui da Casa anda acontecendo. Eu senti falta aqui da grande imprensa. Acredito que a grande imprensa esteja com o seu olhar fixo, agora, na CPI do BNDES, e na da PETROBRAS, mas eles talvez não entendam o que está acontecendo aqui: o maior rombo de toda a história, e com cifras tão avançadas que mal cabem dentro da minha cabeça. São cerca de 30 bilhões de reais que compõem o rombo de todos os fundos de pensão que nós aqui iremos investigar.

Que ninguém fique impune pelo seu crime, aqui, Sr. Presidente! Embora nós saibamos que existe aqui dentro a política, que a política faz parte de tudo isso, e que as pessoas indicadas para gerirem esses fundos de pensão, elas podem ter sido indicadas por viés político, isso não as macula. O que macula não é o viés político, mas, sim, pessoas desonestas à frente desses fundos de pensão.

Que nós possamos, aqui, investigar do maior ao menor. Até mesmo o PREVI, que é o maior fundo de pensão do nosso País, e o mais probo de todos, que ele também não escape aos olhares desta CPI.

Com o viés cristão que me trouxe até este Parlamento, eu sou contra os pecados. Mas talvez não exista um pecado tão grande quanto roubar um aposentado. E os aposentados do nosso País, na pessoa dos seus funcionários públicos, não podem penar por má gestão — e sem querer fazer juízo aqui antes da hora — de pessoas que roubaram o patrimônio desses aposentados. Que esta CPI faça a sua gestão sem medo, e que ela venha trazer um pouco mais de esperança ao nosso País.

Deixo aqui essas minhas palavras.

E não podemos esquecer também do Postalis, que já mexeu com o imaginário brasileiro através das grandes ações feitas pela grande mídia, que já alertou o que aconteceu aqui com os seus gestores.



Enfim, esta CPI vai marcar um tempo novo. Doa a quem doer, ela vai fazer o seu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado, Deputado Marco Feliciano, pela palavra, pela confiança.

Com a palavra, agora, o Deputo Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Presidente Efraim, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela sua eleição; meu companheiro de partido, Deputado Paulo Teixeira, tenho extrema confiança na sua competência, no que vai desenvolver; Deputado Samuel Moreira; Deputado Hissa, que ora não se faz presente. Temos a honra de ter também o nosso Relator, Sergio Souza, meu colega do Estado do Paraná. Assim como ele, estou no primeiro mandato, não com a experiência dele, que já foi Senador, mas estou aqui para contribuir.

As intervenções que me antecederam, elas são muito maduras, na extrema preocupação de fiscalizarmos, de aprofundarmos para ver o que está acontecendo, e contribuirmos, principalmente, se for necessário, para uma efetiva governança do que está acontecendo nos fundos de pensão, Presidente.

O que me preocupa é o risco do prejulgamento. Com todo o respeito a todos os Deputados que me antecederam, todos fizeram uma afirmação: "*Será uma Comissão Técnica.*" E todos fizeram o julgamento.

O que eu espero, a expectativa que eu tenho, pela confiança que eu tenho neste Parlamento, pela experiência que estou acumulando neste período, é de que nós consigamos ficar com a primeira parte de todas as intervenções, daquela que diz o seguinte: "*Será uma Comissão Técnica; vamos aprofundar os dados, vamos ouvir, vamos debater*". Quem cometeu seus erros pagará; ou por incompetência, ou por desonestidade, deve pagar. Quem ocasionou prejuízo, seja quem for, tem que responder por isso. Mas que seja no campo da introdução de todos aqueles que me antecederam. Porque o que parece é que todos vêm até essa parte — vírgula —, assim como estamos vendo, e vamos nós para o discurso. Claro, primeiro, que a ordem desta intervenção nos prova uma coisa: a CPI é política. Segundo: a Casa é política — estávamos conversando agora sobre isso. A Casa é política. É normal



que se faça o debate político e maduro. Nós não podemos é tentar ofusca o debate político sob o manto técnico.

Então, a expectativa que eu tenho — confiando na sua história, e de uma família que vem de um histórico que lá do Paraná nós conhecemos, não é? — é de que a gente consiga trabalhar num nível do debate político, que é inevitável, mas que o técnico possa se sobrepor, porque, em cima dele, podemos apurar responsabilidades e, principalmente, propor grandes mudanças.

Muito obrigado e muita força nesse grande desafio que teremos pela frente!
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a intervenção e as palavras ao Deputado Enio Verri.

Passo a palavra para a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Nobre Presidente, Deputado Efraim Filho, quero cumprimentá-lo pela condução e pela aprovação de seu nome por esta CPI, eu, que estou aqui representando o meu partido, o PPS, sendo suplente do Deputado Hissa.

Quero saudar os nossos Vice-Presidentes, o nosso Relator, e dizer que acredito, sim, que esta CPI, como outras CPIs, vão nos dar o caminho e o esclarecimento dos fatos. Fatos esses que são importantes, porque nós estamos tratando de recursos financeiros de homens e mulheres que durante a sua vida profissional trabalharam nas estatais brasileiras, contribuíram para um fundo, e acreditaram que, da melhor forma possível, esses recursos seriam aplicados.

Então, a partir desta CPI, a gente pode ter a clareza de como foi a rotina de cada um dos fundos, como é que foram as aplicações, para apurarmos se, porventura, conforme as notícias que a gente tem, se por acaso recursos dos fundos de pensão foram utilizados para outros fins, porque esse recurso não é de uma empresa, esse recurso é de um conjunto de homens e mulheres que apostaram, que acreditaram, que contribuíram; e, como temos relatos, alguns fundos já estão fazendo com que os seus contribuintes também voltem a participar, retirando, então, do seu vencimento mensal parte do recurso para cobrir os fundos de pensão.

Eu acredito que nós precisamos passar por isso. Esta CPI vai se aprofundar nos detalhes.



Quero aqui parabenizar o meu Líder, Deputado Rubens Bueno, pela iniciativa do requerimento, como os demais Parlamentares que o subscreveram, e dizer que eu tenho certeza de que o conjunto de homens e mulheres que compõem esta CPI terá muita seriedade, muita clareza, muito discernimento, mas muita firmeza, para que a gente não deixe nada, absolutamente nada sem ser apurado. E que a gente restabeleça, a partir desta CPI dos Fundos de Pensão, o que é zelar e cuidar de dinheiro que não nos pertence. Quem administra um fundo de pensão não administra o seu recurso; administra o recurso de um conjunto de homens e mulheres, repito, que durante a sua trajetória profissional contribuíram mensalmente para que esses recursos fossem parte de sua aposentadoria, fossem uma poupança, E a gente percebeu que, pelos indícios, algumas coisas não ficaram como deveriam estar.

Então, reafirmo o meu compromisso, na condição de suplente, nesta CPI, mas o compromisso de todos nós de termos a maior clareza possível dos fatos. E, se a gente tem boa vontade, comprometimento, a gente consegue trazer todos os fatos à luz, e com as medidas cabíveis que sejam tomadas para todos aqueles que, porventura, possam não ter gerido bem esses recursos dos fundos de pensão.

Parabéns, Presidente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito grato, Deputada Carmen Zanotto.

Com a palavra, para encerrar as intervenções, o Deputado Busato, e, em seguida, o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Muito obrigado, Presidente Efraim. Quero aqui, em primeiro lugar, cumprimentar o senhor pela eleição de hoje; e cumprimentar os Vice-Presidentes, o Deputado Paulo Teixeira, o Deputado Samuel, o Deputado Abrahão, e também o Deputado Sergio, que é o Relator desta CPI.

Eu estava ouvindo aqui as palavras do Deputado... Desculpe-me, eu não sei o seu nome.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Enio Verri.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O Deputado Enio Verri disse que nós temos que ter aqui um cunho técnico. Realmente, eu acho que nós vamos



ter aqui um cunho técnico. Tomara Deus que essas investigações não encontrem nada. Mas há um histórico, infelizmente. Isto nós temos aqui que ressaltar: que há um histórico, de longa data, de investigações que indicam investimentos dúbios desses fundos de pensões, principalmente desde 2010, já com o fundo Ceres, o Portus, da infraestrutura portuária; e o Vale, da Vale do Rio Doce. E, em 2011, 2012, o PETROS, o FUNCEF, a PREVI, do Banco do Brasil, e agora, recentemente, o Postalis.

Então, nós, aqui, temos o compromisso, como disse o nosso Relator, de legislar e fiscalizar. Eu acho que essa função de fiscalizar é o que nós temos que fazer aqui. E eu me sinto agradecido ao meu Líder, Jovair Arantes, que me colocou aqui como membro titular, e agradeço ao Arnaldo Faria de Sá, que abriu mão da titularidade para que eu fosse o titular desta Comissão.

Mas eu quero colaborar, Presidente, e já lhe disse isso antes, quero colaborar profundamente para que se investigue esses fundos de pensão. Não é justo esses homens e essas mulheres que dedicaram a vida inteira a uma aposentadoria complementar chegarem ao fim da sua vida e ver que os administradores desses fundos foram irresponsáveis. Então, se houver irresponsabilidade, Deputado Enio, nós vamos apurar e vamos trazer.

O Deputado Efraim aqui falou: *“A grande novidade desta CPI é que não existe uma investigação paralela”*. Então, tudo aqui que nós investigarmos poderá ser, mais adiante, fruto de uma investigação policial, ou coisa do gênero.

Muito obrigado, Deputado Efraim. Bom trabalho a todos os Presidentes, ao Relator. Contem com o nosso trabalho! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Busato.

Para encerrar, o Deputado Marcus Pestana está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Caro Presidente Efraim Filho, cumprimento toda a Mesa Diretora que coordenará os nossos trabalhos.

Quero só, neste momento inicial, introduzir um marco, um posicionamento muito claro, de natureza metodológica. É evidente que tudo aqui nesta Casa é político. Aqui é a Casa de ressonância da opinião pública brasileira. Todos os segmentos se expressam nas eleições, e, durante o curso do mandato, os interesses, os posicionamentos dos diversos segmentos são direcionados para o



Parlamento, e isso é da natureza da instituição, isso não estabelece nenhum pecado original. Pelo contrário, é a Casa da gestão dos conflitos.

Agora, é claro que temos que ter compromisso com um trabalho sério, técnico, sereno, sem prejulgamentos. Mas vamos deixar um marco inicial. Acho que devemos procurar objetividade, rigor, e não nos perdermos na retórica vazia, mas investigarmos, porque a relevância do nosso trabalho fica clara na dimensão social. Só os três principais fundos — PETROS, FUNCEF e PREVI — envolvem 300 mil participantes diretos, afora os dependentes, e um patrimônio de R\$300 bilhões. E, vamos dizer claramente, fora da subjetividade do debate político, do enfrentamento político. Vamos aos fatos. Não é normal porque investidores institucionais, por definição, têm que ter postura conservadora nas suas aplicações. Não é à toa que os fundos de previdência, os fundos de pensão dos países desenvolvidos dependem das agências de *rating* e têm, no seu estatuto, a impossibilidade de investir em países que não tenham grau de investimento.

Então, como se trata do futuro de milhares e milhares de pessoas, das aposentadorias, das pensões, você tem que resguardar. Esse patrimônio investido em renda fixa teria garantido um resultado de equilíbrio atuarial, e não essas aventuras. Vamos dizer claramente: não é normal; e temos que investigar isso porque, no mínimo, é má gestão. Podemos chegar até a outras conclusões depois que apurarmos os fatos, mas não é normal que os maiores fundos de pensão brasileiros estejam com um desequilíbrio, um buraco atuarial de R\$30 bilhões.

Então, não é embate político, não é confronto partidário, não é oposição *versus* governos. Não, isso aqui é uma questão muito séria, com repercussões de longo prazo. Os fundos de pensão são essenciais na formação da taxa de investimento de um país. São grandes investidores, mas têm que fazer isso com solidez. Muita coisa vai aparecer: aplicações inexplicáveis, bancos de segunda linha, operações temerárias, ações especulativas de difícil explicação. Mas, vamos aos fatos, não é normal isso. Estamos diante de um fato que não é corriqueiro, que não é insignificante, que não é irrelevante. Não é normal que os principais fundos que lidam com a vida de 300 mil pessoas... Dos três principais fundos, entre eles o Postalis, que está com um rombo de R\$6 bilhões, e a FUNCEF, com um rombo de 9 milhões... Vamos apurar e mapear isso. (*Palmas.*)



Então, é dever nosso, com serenidade, sem prejulgamento, com muito rigor e espírito público, desvendar e abrir essa caixa-preta e colocar às claras para o Brasil o que ocorreu nos últimos tempos com os fundos de previdência das principais estatais brasileiras.

Parabéns, Sr. Efraim! Conte conosco. Vamos arregaçar as mangas e trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Agradecido às Sras. e Srs. Deputados pela participação nesta Comissão, cuja sessão transcorreu sem sobressaltos e sem percalços. Isso já mostra uma sintonia muito válida, diferentemente de outras Comissões. Já iniciamos os trabalhos, tendo condução serena, reta, madura, transparente. É assim que iremos conduzir os trabalhos da nossa investigação, com muito ímpeto, com muita energia, com muita vontade de produzir, de fazer justiça e de contribuir realmente para um Brasil que apresente mais transparência na gestão de seus fundos.

Peço a atenção dos Srs. Deputados para alguns esclarecimentos sobre a CPI, antes do encerramento da sessão de hoje.

Informo aos Parlamentares que a próxima reunião será destinada à apresentação pelo Relator do seu roteiro de trabalho e votação dos primeiros requerimentos apresentados. Lembro que os requerimentos poderão ser apresentados a partir das 18 horas, logo após o término desta reunião, na Secretaria da CPI, Anexo II, Sala 165-B. Os requerimentos que compuserem a pauta deverão ser apresentados até 18 horas do dia anterior à reunião, para fins de publicação na Ordem do Dia das Comissões.

Os Srs. Deputados que desejarem apresentar nomes para as oitivas e inquirições, tomar depoimentos de autoridades em audiência pública, apresentem requerimento escrito, determinada a condição em que o depoente comparecerá à reunião, lembrando que autoridades e outros palestrantes poderão ser convocados ou convidados e que testemunhas e investigados serão intimados na forma da lei.

No tocante aos requerimentos de diligência ou que solicitem quebra de sigilo, além de outras medidas previstas na lei processual penal, esses deverão ser encaminhados com a respectiva fundamentação justificando a necessidade da medida.



Lembro que a próxima reunião, como disse, será destinada à definição do roteiro dos trabalhos e a apreciação dos requerimentos.

Antes de encerrar os trabalhos, informo que as próximas comunicações de realização de reunião serão feitas por meio do endereço eletrônico da Comissão para os *e-mails* institucionais dos Parlamentares e das Lideranças e que o painel para efeito de registro de presença será aberto meia hora antes do início da reunião.

Convoco, desta feita, reunião ordinária destinada à elaboração do roteiro dos trabalhos e deliberação dos primeiros requerimentos para o próximo dia 18 de agosto, terça-feira, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião (*Palmas.*)